

Com base nas diretrizes do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, apresenta-se o desenvolvimento dos tópicos 7, 8 e 9 da Estrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do ICMBio, com foco nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e inovação.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO

Este tópico estabelece os critérios e métricas destinados a avaliar o desempenho do ICMBio em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e inovação, além de definir metas de impacto econômico, social e tecnológico.

7.1. MODELO DE GESTÃO E MONITORAMENTO

O ICMBio utiliza um modelo de gestão estratégica, conforme estabelecido pelo Planejamento Estratégico 2025-2027 (Portaria ICMBio nº 1.164/2025), que emprega indicadores para monitorar o progresso em relação aos seus objetivos e resultados. O ciclo anual de planejamento estratégico define os objetivos estratégicos prioritários pelo Comitê Gestor, que são desdobrados pelas Diretorias em Planos de Ações Prioritárias no sistema PGD Petrus.

- A Divisão de Planejamento e Avaliação da Estratégia - DPAE/CGGE consolida o monitoramento trimestral e elabora relatórios anuais de avaliação da execução do Acordo de Gestão.

- Os objetivos, indicadores e metas são revisados anualmente.

- O Plano de Fortalecimento Institucional elaborado no âmbito da ADPF 760 também prevê a necessidade de mecanismos de monitoramento e avaliação com indicadores-chave de performance - KPIs para acompanhar sua implementação e avaliar a efetividade das ações do ICMBio.

- Além disso, nas Unidades de Conservação utiliza-se o SAMGE. O processo de pesquisa, as infraestruturas e insumos nas UCs são monitorados por meio de indicadores específicos. Um conjunto de 6 indicadores globais subsidia na definição do Índice de Efetividade de Gestão para as Unidades de Conservação, o qual reflete também a qualidade dos processos institucionais e, em alguma medida, o grau de desenvolvimento institucional para atender a esses processos a nível de UC.

7.2. INDICADORES POTENCIAIS (PEP E PEI ICMBIO)

O Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento - PEP-ICMBio, na sua Seção 7, fornece recomendações e uma lista de potenciais indicadores sugeridos em oficina participativa, essenciais para o monitoramento dos projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação. A estrutura de indicadores é organizada em cinco dimensões conforme apresentado nos tópicos subsequentes.

7.2.1. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Este conjunto de indicadores busca medir a capacidade do ICMBio de gerar conhecimento científico, desenvolver tecnologias e promover inovação aplicada à conservação da biodiversidade. Eles permitem avaliar a produtividade institucional, a efetividade das pesquisas conduzidas em diferentes biomas e o avanço na proteção da propriedade intelectual, refletindo o papel do Instituto como uma ICT voltada ao desenvolvimento de soluções para os desafios socioambientais.

- Número de pesquisas concluídas e em andamento por área temática ou bioma.

- Número de publicações técnico-científicas, relatórios e produtos de gestão da biodiversidade.

- Quantidade de produtos tecnológicos ou de inovação desenvolvidos e registrados.

- Índice de transferência de tecnologia e de acordos de cooperação firmados.

- Quantidade de patentes, registros de software e acordos de licenciamento de uso.

7.2.2. GESTÃO E APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os indicadores desta seção avaliam como o conhecimento produzido é incorporado aos processos de gestão, subsidiando decisões, fortalecendo o manejo adaptativo e aprimorando políticas públicas. Eles medem a efetividade da integração entre pesquisa, monitoramento e gestão das Unidades de Conservação, bem como a capacidade institucional de disponibilizar, utilizar e difundir informações estratégicas para a conservação.

- Número de Planos de Manejo e Planos de Ação Nacional - PANs elaborados e revisados.

- Percentual de UCs participantes do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora.

- Aplicação de resultados de pesquisa na tomada de decisão e no manejo adaptativo.

- Número de dados e informações disponibilizados em repositórios institucionais.

- Percentual de UCs com integração entre gestão e monitoramento participativo.

7.2.3. PARCERIAS, CAPTAÇÃO E RECURSOS

Este conjunto de indicadores monitora a capacidade do ICMBio de ampliar colaborações, diversificar fontes de financiamento e fortalecer a sustentabilidade econômica das ações de pesquisa e inovação. Ao mensurar o volume de recursos captados, a execução financeira e o alcance das parcerias, o Instituto pode avaliar seu desempenho na articulação com universidades, ICTs, cooperações internacionais e demais atores estratégicos.

- Número de parcerias firmadas com ICTs, universidades, empresas e organizações da sociedade civil.

- Volume de recursos captados via convênios, editais, fundos e instrumentos de cooperação.

- Percentual de execução financeira de projetos apoiados por fundações de apoio.

- Número de projetos implementados com apoio internacional.

- Taxa de eficiência na execução orçamentária e financeira das ações de pesquisa e inovação.

7.2.4. SISTEMAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Os indicadores aqui apresentados medem a consolidação dos sistemas institucionais de informação e a maturidade do monitoramento estratégico do ICMBio. Eles refletem o avanço da governança de dados, da interoperabilidade entre plataformas e da capacidade institucional de acompanhar resultados, produzir avaliações sistemáticas e orientar decisões com base em evidências.

- Percentual de dados científicos integrados aos sistemas institucionais (SISBIO, SAMGE, SISBIA).

- Número de painéis de monitoramento e relatórios de avaliação publicados.

- Índice de atualização e interoperabilidade dos sistemas de informação.

- Grau de maturidade na governança de dados e gestão digital do conhecimento.

- Número de avaliações de efetividade da gestão e auditorias de desempenho realizadas.

7.2.5. USO PÚBLICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os indicadores desta seção avaliam o desempenho das ações de visitação e educação ambiental nas UCs, medindo tanto a experiência dos visitantes quanto os impactos ambientais e a sustentabilidade da gestão do uso público. Eles permitem monitorar fluxo de visitantes, receitas, acessibilidade, atividades educativas e a integração entre visitação, conservação e ciência cidadã.

- Índice de Satisfação dos Visitantes, obtido por meio de pesquisas de opinião aplicadas nas UCs.

- Número Anual de Visitantes por Unidade e por Bioma, com base nos registros do SIGVisita e relatórios regionais.

- Receita Gerada por Visitação e Concessões de Serviços, discriminando fontes diretas (ingressos, concessões) e indiretas (eventos, parcerias).

- Percentual de Receita Revertida em Ações de Conservação e Manutenção das Estruturas de Uso Público.

- Índice de Impacto Ambiental da Visitação, monitorado por meio de indicadores de trilhas, resíduos, erosão e perturbação da fauna.

- Número de Ações de Educação Ambiental Vinculadas à Visitação, incluindo oficinas, trilhas interpretativas e programas de sensibilização.

- Percentual de UCs com Planos de Uso Público Implementados e Monitorados.

- Taxa de Ocupação das Estruturas de Uso Público, como centros de visitantes, áreas de camping e alojamentos.

- Proporção de Visitantes Envolvidos em Ações de Ciência Cidadã ou Programas Participativos.

- Indicadores de Acessibilidade e Inclusão, medindo o percentual de UCs com infraestrutura e materiais educativos acessíveis.

Já o desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional em ações prioritárias, com indicadores e metas, previsto no Capítulo III da Portaria ICMBio nº 1.164/2025, que institui o Planejamento Estratégico do ICMBio para o período 2025-2027, por sua vez, trará os indicadores estratégicos que serão utilizados para a mensuração do PDI.

Os indicadores devem refletir o alinhamento com agendas globais de desenvolvimento, como a Convenção de Diversidade Biológica - CDB Visão 2050 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030.

8. PLANOS DE FINANCIAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

O fortalecimento institucional do ICMBio depende de estratégias consistentes de financiamento e de mecanismos eficientes de transferência de tecnologia que ampliem a capacidade de pesquisa, inovação e gestão ambiental. Nesse contexto, o tema abrange tanto a diversificação das fontes de captação de recursos - indispensável para garantir a sustentabilidade financeira das ações de conservação - quanto a estruturação de processos formais para proteção, licenciamento e disseminação de tecnologias desenvolvidas pelo Instituto. A integração entre financiamento, pesquisa aplicada e transferência tecnológica permite potencializar resultados, promover autonomia científica e apoiar soluções inovadoras voltadas à conservação da biodiversidade. O conjunto de iniciativas apresentado a seguir detalha as diretrizes, instrumentos e arranjos institucionais que orientam a execução desses planos estratégicos.

8.1. PLANOS DE FINANCIAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O Plano de Fortalecimento Institucional elaborado no âmbito da ADPF 760 estabelece um eixo dedicado à "Garantia da Dotação Orçamentária e de Recursos Financeiros", reconhecendo que a sustentabilidade financeira do ICMBio é condição essencial para o cumprimento de suas funções legais e estratégicas. Esse eixo sistematiza medidas para ampliar a dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprimorar os mecanismos de controle da execução orçamentária e diversificar fontes de financiamento extraorçamentário. O objetivo final é assegurar recursos adequados para infraestrutura, inovação, pesquisa, gestão territorial, fiscalização, uso público e proteção das Unidades de Conservação.

A seguir, o Painel 20 apresenta a consolidação das principais fontes de recursos previstas no Plano, organizadas por categoria e com descrição objetiva das finalidades e usos.

CATEGORIA	Fonte / INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO E FINALIDADE
1. Orçamento Público - LOA	Incremento Orçamentário 2025-2027	Projeção de aumento do orçamento do ICMBio incluindo obras, equipamentos, materiais permanentes, bolsas e salários de temporários.
	Mecanismos de Controle Orçamentário	Acompanhamento e monitoramento sistemático da execução para garantir eficiência e conformidade.
	Arrecadação Própria	Ampliação da cobrança pelo uso de bens e serviços nas UCs (ex.: visitação, uso comercial autorizado).
2. Fontes Extraorçamentárias de Pesquisa, Inovação e Conservação	FNDCT (por meio de FINEP, CNPq, Fundos Estaduais)	Editais voltados à pesquisa, inovação e infraestrutura científica, para os quais o ICMBio é elegível como ICT.
	Fundos de Fomento (FINEP, CNPq, FAPs)	Projetos de pesquisa, monitoramento, infraestrutura e formação.
	Fundo Amazônia	Submissão de projetos alinhados ao PPCDAm e à agenda de conservação da Amazônia Legal.
	GEF - Global Environment Facility	Cooperação internacional em biodiversidade, gestão territorial e fortalecimento institucional.
	Projetos GEF (Mar, TerraMar, BioAmazonia, ARPA, Políticas Públicas e Biodiversidade)	Programas estruturantes de conservação marinha, terrestre, costeira e amazônica.
	Doadores Internacionais (Banco Mundial, FAO, BIRD, KfW, WWF, etc.)	Financiamento de ações de conservação, restauração, pesquisa e fortalecimento institucional.
	Projeto Genômica da Biodiversidade Brasileira	Captação privada - exemplo: financiamento corporativo (Vale).
3. Instrumentos Normativos e Programas do ICMBio	Compensação Ambiental	Contratação de instituição financeira para gestão de fundos privados e criação de arranjos de financiamento de pesquisas através de Fundações de Apoio, Fundações de Amparo à Pesquisa e instituições públicas.
	PEP - Programa Estratégico de Pesquisa	Uso de recursos de compensação ambiental em chamadas de pesquisa (ICMBio/CNPq), editais internos e grandes projetos (ex.: GEF-Mar).
	Fundações de Apoio	Delegação de atividades de captação, gestão e execução de receitas próprias aplicadas a pesquisa, inovação, ensino e desenvolvimento institucional.
	Fontes Complementares	Recursos vinculados a recuperação ambiental, pesquisa e estruturação institucional.
	Conversos de Multas Ambientais	Destinação de valores para projetos de conservação, monitoramento e proteção das UCs.
	Doações e Patrocínios	Apoio de pessoas físicas, jurídicas e OSCs para educação ambiental, pesquisa e infraestrutura.
	Encargos de Concessões (Uso Público e Florestais)	Investimentos vinculados à visitação, turismo sustentável e infraestrutura de UCs.
	Fundo de Incentivo à Visitação (Lei nº 15.180/2025)	Investimentos em qualificação da visitação, manutenção de infraestrutura e estímulo ao turismo sustentável nas UCs.

